



TRAGÉDIA EM BH

Prédio desaba e deixa ao menos 6 mortos

No momento do colapso, havia 29 pessoas no local. Nove delas conseguiram escapar com vida e oito foram resgatadas pelos bombeiros, que seguem as buscas por sobreviventes sob os escombros. Autoridades descartam ligação com as chuvas recentes

» IZABELLA CAIXETA
» SOFIA MAIA*

Belo Horizonte — Na madrugada de ontem, um prédio com três andares e quatro pavimentos onde funcionava uma academia e um lar de idosos, no bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte, desabou e ao menos seis mortes foram confirmadas.

No momento da tragédia, 29 pessoas se encontravam no imóvel. Nove delas conseguiram sair sozinhas dos destroços por estarem em uma parte que sofreu poucos danos. Outras oito pessoas foram resgatadas com vida pelos bombeiros. Entre os seis mortos confirmados, estava o proprietário do lar de idosos, a Casa de Repouso Pró-vida.

Segundo o Corpo de Bombeiros, pela manhã, havia vítimas responsivas, o que facilitou sua localização, mas desde o início da tarde, não mais sinais ou barulhos para ajudar nas buscas pelas vítimas restantes.

“Esse trabalho é atualizado a todo momento para que a gente busque qualquer ruído, qualquer início de vítima que esteja com vida”, informou o Tenente Henrique Barcelos. “Passadas as 12 horas de operação, iniciamos o rodízio das equipes para manter a energia em alta na zona quente”, complementou.

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) prestava apoio para a identificação dos corpos no local. O delegado Murilo Ribeiro, informou que o objetivo é causar o menor sofrimento possível para os familiares. Em seguida, os corpos eram levados para o Instituto Médico-Legal (IML).

A PCMG também atuava na investigação sobre as causas do desmoronamento. O imóvel de quatro pavimentos não se encontra em área de risco nem havia chuva no momento da tragédia, mas passava por uma obra de ampliação. “O alvará de funcionamento estava em dia, o imóvel tinha autorização para funcionar mas, aparentemente, a metragem informada diverge da metragem que a gente acompanha aqui”, acrescentou Ribeiro.

Leandro Couri/EM/D.A Press



No edifício funcionavam um lar de idosos, uma academia, uma clínica de estética e uma residência

O Tenente Henrique Barcelos, do Corpo de Bombeiros, disse que, no momento, a corporação trabalha com a retirada cuidadosa de uma parede em risco de colapso acima do lugar onde estão sendo realizadas as buscas. Segundo ele, há 103 bombeiros atuando, com revezamento a cada 12 horas.

Familiares de moradores do asilo também começaram a chegar ao endereço em busca de informações sobre as vítimas. As que já saíram dos escombros foram encaminhadas para hospitais, entre eles o Odilon Behrens e a UPA Nordeste.

Obra suspeita

A PCMG identificou uma obra de ampliação no lote onde ficava o lar de idosos. O delegado Murilo Ribeiro informou que ainda não é possível apontar se a obra teria ligação com a tragédia. De

acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o espaço funcionava sem alvará de construção válido emitido, apesar de possuir alvará de funcionamento.

“Este é um trabalho de investigação criminal que faremos, de perícia especializada em engenharia e infraestrutura para apurar o que ocorreu aqui”, afirmou o delegado. Um incêndio havia ocorrido no lar de idosos em 2023, mas vistorias foram feitas na época, atestando a estabilidade da estrutura, de modo que o episódio não teria relação com a tragédia de hoje.

“O trabalho investigativo da Polícia Civil é apurar todas as circunstâncias e causas desse desabamento. Dentro dessas causas, apurar se é uma causa com relevância criminal e se pode ser atribuída a uma pessoa”, explicou Ribeiro.

O imóvel era composto por quatro pavimentos e vários empreendimentos. De acordo com



O trabalho investigativo da Polícia Civil é apurar todas as circunstâncias e causas desse desabamento. Dentro dessas causas, apurar se é uma causa com relevância criminal e se pode ser atribuída a uma pessoa”

Murilo Ribeiro,
delegado da PCMG

Edesio Ferreira/EM/D.A Press



Corpo de Bombeiros resgatou oito pessoas com vida do local

os bombeiros, a edificação tinha no térreo funcionava uma clínica de bronzamento. O lar de idosos ficava no primeiro andar e a casa do proprietário, acima, no segundo andar. No terceiro, funcionava uma academia.

A hipótese de que o colapso teria ligação com as chuvas foi descartada, mas a Casa de Repouso Pró-Vida era alvo de uma ação judicial que pedia o seu fechamento desde 2017. A Ação foi proposta pela Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas Idosas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

De acordo com a promotora Jacqueline Ferreira Moisés, o desabamento não pode ser tratado como uma fatalidade. “Esta era uma instituição que a promotoria fiscaliza desde 2013. Nós demos à instituição a oportunidade de regularizar os erros extrajudicialmente, mas isso

não foi feito. Desde 2017, existe uma ação pedindo o fechamento por irregularidades muito graves”, afirmou. Ela contou ainda que, ao longo dos últimos anos foram realizadas 12 vistorias técnicas no imóvel, envolvendo tanto análise estrutural quanto avaliação psicossocial dos residentes.

De acordo com Jacqueline, os laudos técnicos mais recentes foram encaminhados ao Judiciário em novembro de 2025, mas ainda aguardavam decisão. “O juiz entendia que as alegações do Ministério Público eram genéricas e solicitava mais vistorias. Mesmo assim, já havia motivos suficientes para o fechamento”, disse.

A última vistoria no local ocorreu em 2024. Na ocasião, segundo a promotora, os técnicos foram unânimes ao afirmar que a casa não apresentava condições mínimas de funcionamento.

TRABALHO

Licença-paternidade maior vai à sanção

» CAETANO YAMAMOTO*

O Senado Federal aprovou anteontem, em regime de urgência, o Projeto de Lei 5811/25, que aumenta de forma gradual a licença-paternidade no Brasil. O texto assegura garantia de remuneração integral, estabilidade no emprego e novas regras para adoção e famílias em situação de vulnerabilidade, passando dos atuais cinco dias para até 20, no quarto ano em que entrar em vigor.

A proposta segue para sanção presidencial e garante que o trabalhador tenha a renda mensal integral ao salário vigente, no período de duração do benefício.

Com isso, caberá à empresa pagar o salário-paternidade devido ao respectivo empregado, podendo obter reembolso, observado o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Entretanto,

as microempresas e pequenas empresas poderão receber reembolso do salário-paternidade pago aos empregados que lhes prestem serviço. A proposta também inclui a licença-paternidade no Programa Empresa Cidadã, que incentiva empresas a prorrogar a licença-maternidade por mais 60 dias (totalizando 180) e a licença-paternidade por mais 15 dias (totalizando 20), concedendo isenção fiscal para empresas no lucro real, que deduzem o custo dos dias extras do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

Atualmente, o período de afastamento para trabalhadores de carteira assinada e servidores públicos é de cinco dias, a partir do nascimento ou da adoção da criança. De acordo com o PL, a licença-paternidade terá duração de: 10 dias, a partir de 2027; 15 dias, a partir de 2028; e 20 dias, a partir de 2029. A

Arquivo Pessoal



licença também será ampliada para até 120 dias caso a mãe venha a óbito, nos mesmos moldes da licença-maternidade.

Segundo a advogada trabalhista, Vitória Noronha, um ponto relevante é que o benefício será estendido a todos os segurados do INSS que estejam contribuindo,

incluindo empregados com carteira assinada, trabalhadores autônomos, contribuintes individuais, microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores avulsos e segurados facultativos.

O advogado trabalhista, Solon Tepedino, acredita que o aumento gradual seja um avanço, mas ele

ainda é modesto, ainda tendo necessidades, pois rompe com a regra transitória de apenas cinco dias, que existe desde a *Constituição Federal de 1988*. Para ele, 20 dias de licença integral para os pais ainda é um tempo muito curto se comparado com os países desenvolvidos, que possuem licenças parentais

Aumento da licença-paternidade, aprovado pelo Congresso, amplia de cinco para 20 dias a licença remunerada aos pais, de forma gradual

escalonadas entre os pais e as mães, podendo chegar a quatro anos.

Na avaliação do analista de investimentos Marcos Bassani, a ampliação da licença-paternidade tende a ter efeitos mais positivos do que negativos no retorno do pai ao trabalho, porque estudos indicam que pais que tiram licença costumam voltar mais motivados, produtivos e comprometidos com a empresa, além de apresentar menor tendência a trocar de emprego. “Por outro lado, algumas pesquisas apontam pequenos impactos na renda ou no avanço da carreira, pois alguns pais passam a priorizar mais o equilíbrio entre trabalho e família. Em geral, os dados mostram que os benefícios sociais e organizacionais da licença-paternidade prolongada superam os possíveis efeitos negativos.”

* **Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel**